



O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

150 anos da 1ª Batalha de Tuiuti – 400 anos da fundação de Belém do Pará

ANO 2016

Junho

Nº 172

Indústria da cobiça

(presença de tropas estrangeiras no interior do território brasileiro)

Domingos Savio da Cunha Garcia(*)

Em meio à natureza exuberante do Pantanal mato-grossense, quase escondidas pela vegetação, elevam-se ruínas que costumam intrigar os turistas e os próprios moradores da região. Não se trata dos restos de uma antiga civilização perdida na floresta, nem de um templo construído para a adoração dos deuses. Foi o que sobrou de um grande empreendimento agroindustrial cuja existência poucos brasileiros conhecem: a fábrica de Descalvados. Quando a indústria brasileira apenas engatinhava, produzia-se ali, em plena mata, derivados de carne bovina em larga escala – produtos de alta qualidade destinados, prioritariamente, ao mercado europeu.

A fábrica surgiu em 1883, na antiga província de Mato Grosso, às margens do Rio Paraguai, perto da cidade de Cáceres. Ali o argentino Rafael Del Sar criara, tempos antes, uma charqueada, como tantas que existiam em seu país, destinada ao abate de gado e à produção de carne em conserva. Passou a ser conhecida como Descalvados devido a uma elevação montanhosa das proximidades, o Morro do Escalvado. Em 1881, o uruguaio Jaime Cibils Buxareo comprou o empreendimento de Del Sar. A rudimentar charqueada foi então substituída por um moderno estabelecimento, dirigido por um químico francês que dominava a tecnologia da produção de extrato de carne. Era este o principal objetivo de Buxareo, visando ao mercado europeu.

A fábrica foi construída com os mais modernos equipamentos disponíveis na época: máquinas a vapor, bombas d'água, tornos mecânicos, serraria e todas as instalações necessárias para a produção em larga escala. A fábrica podia ser toda percorrida por trilhos, pelos quais pequenos vagões transportavam os produtos, e ligava-se também por trilhos ao porto, situado às margens do Rio Paraguai, ponto de saída para o exterior. Os produtos de Descalvados logo chegaram ao mercado europeu, aproveitando a rede comercial que Buxareo havia montado a partir das empresas de sua família no Uruguai, tendo ganhado vários prêmios em exposições internacionais. O extrato de carne ali produzido era muito apreciado.

No entanto, pressionado pelas dívidas, Buxareo decidiu passar o negócio adiante. A primeira tentativa de venda de Descalvados, em 1891, foi para uma empresa denominada Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso, cuja direção era integrada, curiosamente, por alguns expoentes da jovem República brasileira, entre eles Rui Barbosa (1849-1923) e Quintino Bocaiúva (1836-1912). Mas a grande crise financeira que passaria à história com o nome de Encilhamento atrapalhou o negócio, e este não se consumou.

Na segunda tentativa, em 1895, a venda de Descalvados foi realmente efetivada. O comprador foi um grupo de capitalistas belgas, organizados numa empresa sediada em Antuérpia – a Compagnie des Produits Cibils. Começou aí uma operação que faria de Descalvados a porta de entrada para uma tentativa de instalação de uma colônia belga no oeste do Brasil, na fronteira com a Bolívia. Imediatamente após comprar Descalvados, a empresa enviou para o Brasil um administrador de sua confiança, o ex-oficial do exército belga François Van Dionant. Ao mesmo tempo, a representação diplomática da Bélgica no Brasil começou a pressionar o governo brasileiro para que combatesse os ladrões de gado que infestavam aquela região de fronteira e que causavam prejuízos ao empreendimento.

François Van Dionant agia em Descalvados como o vice-rei de uma colônia, tomando as medidas necessárias para que o empreendimento se tornasse cada vez mais lucrativo. Para manter os ladrões de gado afastados, chegou a organizar um exército particular comandado por ex-oficiais belgas que haviam atuado na Force Publique do Estado Livre do Congo, na África, a colônia particular do rei da Bélgica, Leopoldo II (1865-1909), conhecida pelas atrocidades cometidas contra a população nativa. O exército de Dionant atuava livremente em Descalvados, com o consentimento do governo de Mato Grosso. Este se revelou incapaz de manter uma força policial na fronteira do Brasil com a Bolívia para combater os ladrões de gado. Delegava, assim, essa prerrogativa a uma força armada particular, e ainda por cima controlada por estrangeiros.

Em 1897, diplomatas da Bélgica que atuavam no Brasil pediram ao governo que fosse instalado em Descalvados um consulado do seu país. O pedido foi negado, mas autorizou-se a criação de um vice-consulado, o que veio a acontecer em 1898. A elevação do lugar à condição de território belga, protegido pela imunidade diplomática, revelou-se parte de uma operação mais ampla, que seria posta em prática logo em seguida. A Compagnie des Produits Cibils e outras empresas belgas, em geral com participação dos mesmos acionistas, começaram a comprar concessões de terras para extração de borracha, todas localizadas ao longo da fronteira com a Bolívia ou próximas dela.

Essas terras eram contíguas à região do Acre, também alvo de uma operação de inspiração colonialista realizada por um grupo de capitalistas norte-americanos e ingleses, organizados em torno do Bolivian Syndicate. Este fizera com a Bolívia um contrato de arrendamento do território do Acre por dez anos. A região, naquele momento, era objeto de uma disputa envolvendo seringalistas brasileiros, o governo do Brasil e o governo da Bolívia. Em meio a este embate diplomático-militar, setores do governo boliviano sinalizaram inclusive que poderiam ceder o território em disputa para que ali fosse estabelecida uma colônia norte-americana.

As terras arrendadas pelos belgas, assim como a região do Acre em disputa, eram ricas em borracha, naquele momento com muita procura no mercado internacional. A atividade gerava grandes lucros e uma corrida em direção às regiões produtoras em todo o mundo, a maior parte delas situada na Amazônia. A expectativa dos belgas era de que a posse do território do Acre pelo Bolivian Syndicate lhes abrisse um caminho para

tentar estabelecer na fronteira oeste do Brasil com a Bolívia, a partir de Descalvados, um empreendimento colonial semelhante àquele implantado na África.

Mas os Estados Unidos, que inicialmente apoiaram o Bolivian Syndicate, mudaram de posição no final de 1902, em função de objetivos geopolíticos mais amplos que tinham para toda a América Latina. Com o fracasso do Bolivian Syndicate, a assinatura do Tratado de Petrópolis entre Bolívia e Brasil e a incorporação do Acre ao território nacional (1903), os belgas se viram frustrados em sua operação e se retiraram da fronteira oeste, desfazendo-se rapidamente de suas concessões para extração de borracha e, em seguida, do próprio empreendimento agroindustrial de Descalvados.

Em 1912, a fábrica passou para as mãos da Brazil Land, Cattle and Packing Company, empresa do investidor norte-americano Percival Farquhar (1864-1953). Este trouxe dos Estados Unidos para o Pantanal vaqueiros experientes, introduziu novas raças de gado e passou a dividir de forma racional as pastagens utilizando cercas de arame de aço, então uma novidade no Brasil. Procurava, com isso, aumentar a produtividade do rebanho. A fábrica continuou produzindo extrato de carne e charque, inclusive para abastecer as tropas americanas que lutaram na Primeira Guerra Mundial.

Após sucessivas crises financeiras e polêmicas disputas, Farquhar teve suas empresas nacionalizadas pelo governo Vargas em 1940, e a fábrica de extrato de carne foi definitivamente paralisada. As máquinas, hoje enferrujadas e silenciosas, os edifícios e a outrora elegante sede, apesar de deteriorados pelo tempo, ainda refletem a grandiosidade daquele empreendimento, que guarda entre as suas ruínas uma parte importante da História do Brasil.

(*)Domingos Savio da Cunha Garcia é professor no Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e autor da tese "Território e Negócios na 'Era dos Impérios': os belgas na fronteira oeste do Brasil" (Unicamp, 2005). Fonte: www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/industria-da-cobica.

Bibliografia:

CORRÊA FILHO, Virgílio. Fazendas de Gado no Pantanal Mato-Grossense. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955. Documentos da vida rural nº 10, p.31-46.

GAULD, Charles Anderson. Farquhar, o último titã. Um empreendedor americano na América Latina. Trad. Eliana Nogueira do Vale. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

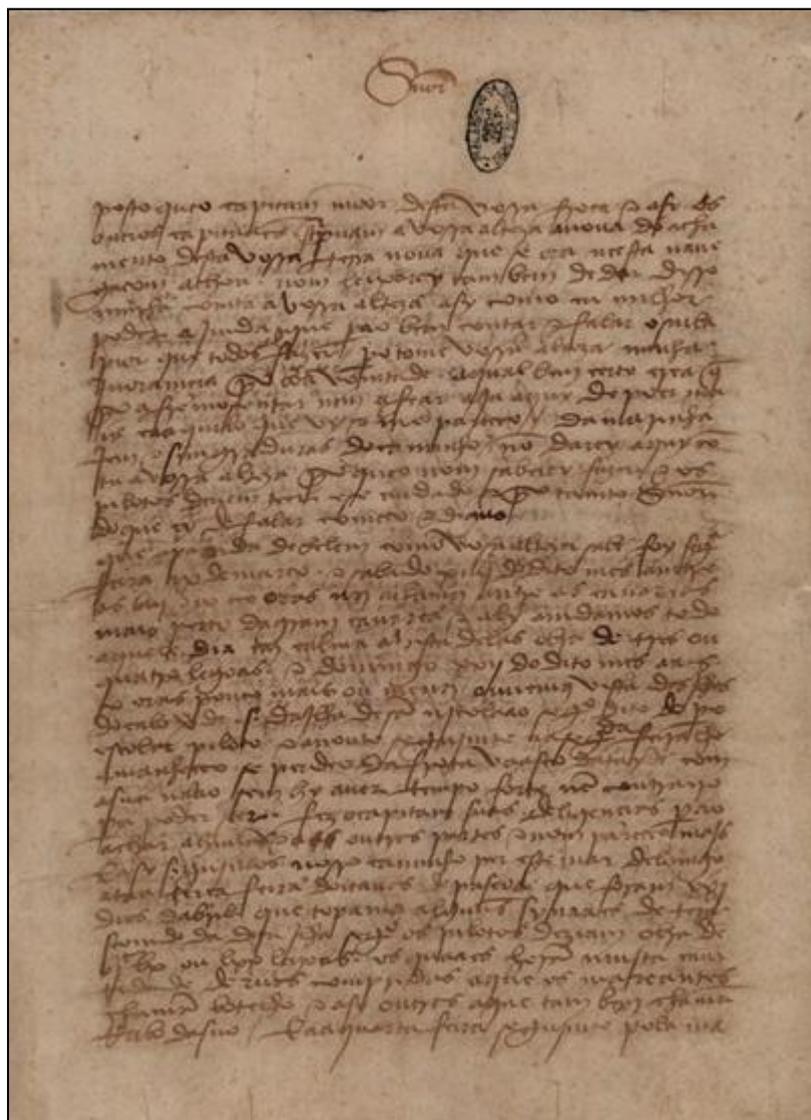
STOLS, Eddy. "O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914)". In: Boletín de Estudios Latinoamericanos e del Caribe. Amsterdã: Centro de Estudios y Documentación Latinoamericanos (CEDCA), número 18, julho de 1975.



Carta do Achamento do Brasil sai da caixa-forte e é exibida em Belmonte

(Fonte: <http://www.dn.pt/artes/interior/carta-do-achamento-do-brasil-sai-da-caixa-forte-e-e-exibida-em-belmonte-5136044.html>)

Em Portugal, é a primeira vez que a Carta de Pêro Vaz de Caminha, "a certidão de nascimento do Brasil", é exposta fora de Lisboa.



Em 21 de abril de 2016, pelas 10.00 h da manhã, a carta que Pêro Vaz de Caminha escreveu a D. Manuel I, dando conta da "nova do achamento desta vossa terra nova", saiu da Torre do Tombo, em Lisboa, para pela primeira vez em Portugal ser exposta fora da capital. A partir de terça-feira, dia 26 de abril, e durante seis meses, vai ser a estrela maior da exposição O Novo Mundo e a Palavra, que vai ocupar uma das salas da torre de menagem do Castelo de Belmonte, na Beira Baixa.

É um daqueles documentos com o qual todos os portugueses já se cruzaram na disciplina de História, o primeiro testemunho da existência de um Novo Mundo, uma terra povoada de gente "de bons corpos, pardos, maneira d'avermelhados". Não admira, portanto, que esta carta, de 28 páginas escritas pelo

punho de Pêro Vaz de Caminha, e datada de 1 de maio de 1500, raramente saia da caixa-forte do Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Num papel de trapos, este primeiro relato de uma realidade que mudou verdadeiramente a face da terra, foi incluído pela UNESCO no Registro da Memória do Mundo, em 2005. Exatamente cinco anos depois de, em 2000, ter voltado a atravessar o Atlântico, regressando à Terra de Vera Cruz para assinalar os 500 anos do "achamento" que relata. A nau comandada por Gaspar de Lemos ficou dispensada desse retorno, envolto em todo o cuidado. Na ocasião foi transportada numa mala especial e acompanhada de muito perto por Luís Sá, conservador da Torre do Tombo, que voltará a ser o guardião do documento, um dos 18,5 milhões do arquivo já disponibilizados na internet.

"É uma mala que tem isolamento térmico e é antichoque, com espuma. Para além disso tem uma capinha, ligeiramente alcalina, em que vai envolvida [a carta] e, finalmente, tem duas camadas de um material, que tem na sua composição sílica-gel, que faz a estabilização se houver alguma oscilação. A mala consegue garantir [as condições ideias de conservação durante] cerca de 48 horas", explica Luís Sá. Tempo mais do que suficiente para chegar a Belmonte, na Beira Baixa, conduzida por um dos motoristas da câmara local, de quem partiu a iniciativa de realizar esta exposição. O porquê foi ontem

prontamente avançado pelo presidente da autarquia: "Belmonte é a terra de Pedro Álvares Cabral, o capitão-mor da armada em que Pêro Vaz de Caminha participou." O objetivo é claro: chamar mais visitantes ao concelho que lidera. "Calculamos que recebemos cerca de 65 mil visitantes por ano e, com esta iniciativa, pretendemos chegar aos cem mil", quantifica Antonio Rocha, durante a apresentação da exposição, ontem, na Torre do Tombo, onde até um chefe Patachó, de Porto Seguro, local onde a armada de Álvares Cabral desembarcou, marcou presença. Tal como os primeiros homens descritos por Pêro Vaz de Caminha, trazia "uma maneira de cabeleira de penas d'ave".

Condições especiais

À espera do documento, um dos quatro à guarda da Torre do Tombo que fazem parte do Registro da Memória do Mundo da Unesco, está uma renovada sala da torre de menagem. Uma temperatura entre os 18 e os 22 graus e níveis de umidade entre os 45% e os 55% são duas das maiores exigências para a exibição do documento, identificadas por Silvestre Lacerda, diretor da Torre do Tombo. Além do mais, "foi construída uma vitrina específica para poder receber a carta, permanentemente monitorizada e vigiada", explicou o responsável do arquivo nacional. Os dados são recebidos na Torre do Tombo e verificados para caso haja alguma alteração substancial ser logo feita uma intervenção.

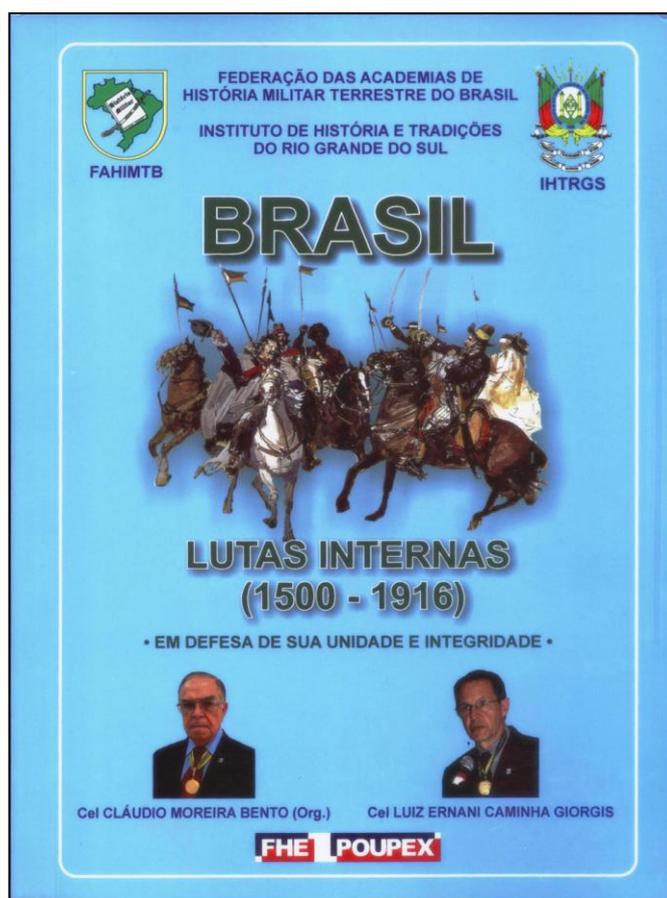
Filomena Marques, da empresa desafiada para pôr de pé esta exposição, explica outras intervenções feitas na sala da torre de menagem do castelo que tem pouco mais de 30 m². "Todo o espaço onde a carta será exibida foi forrado com uma espuma própria de forma a proteger da luz e da humidade", concretiza. Mas há mais: "As janelas existentes foram anuladas da sua função original e optamos por as utilizar como ponto de informação. Assim, controlamos em absoluto as condições do ar."

"O espaço está dividido em duas partes. A primeira área, a que se acede a partir do terraço de pedra do Castelo de Belmonte, é ilustrada com imagens multimédia que remetem para o imaginário medieval e dos bestiários, em três planos sobrepostos - que se distinguem sucessivamente graças ao uso de diferentes luzes, um recurso expositivo criado em parceria com o ateliê Carnovsky e utilizado pela primeira vez em Portugal", explica Filomena Marques.

Numa zona mais restrita, onde estará a tal vitrina especial, com a Carta de Pêro Vaz de Caminha, "privilegia-se a descrição e a palavra, sendo o documento contextualizado através de peças dos séculos XV e XVI cedidas pelo Palácio Nacional de Sintra (azulejos), Casa-Museu Medeiros e Almeida (uma pintura representando Nossa Senhora do Leite, do Mestre da Lourinhã) e Museu Nacional de Arte Antiga (uma Virgem com o Menino, esculpida na oficina de João Afonso). Em fundo, vozes dos alunos da Escola de Música de Belmonte leem excertos da Carta. Com entrada gratuita para a população local, a exposição foi inaugurada na terça-feira, dia 26 de abril, exatamente 516 anos depois de ter sido rezada a primeira missa no Novo Mundo.

Novo livro da FAHIMTB

Está pronto o novo livro da nossa Federação sobre Lutas Internas de 1500 a 1916. A obra, cuja capa está reproduzida na página seguinte, será oportunamente lançada. O Prefácio é de autoria do Gen Ex Marco Antônio de Farias, Ministro do STM e nosso académico. O texto das abas é de autoria do Gen Ex Eron Carlos Marques, Presidente da FHE-POUPEX. O exemplar da Biblioteca da AHIMTB/RS, localizada na sua sede nos altos do Museu do CMPA, já está à disposição dos integrantes. Imagem da capa abaixo.



Falecimento de Membro-Efetivo

Lamentamos profundamente o falecimento do nosso integrante Cel Cav Mauro da Costa Rodrigues em 20 de maio passado, aos 90 anos de idade. O Cel Mauro era carioca de nascimento e gaúcho por adoção. Oficial de Cavalaria, foi Secretário de Estado da Educação, secretário executivo do Ministério da Educação e Cultura, Coordenador-Geral do Projeto Rondon no Ministério do Interior, membro do Conselho Federal de Educação, empresário e produtor rural. Foi o organizador e primeiro Coordenador-geral do Projeto Rondon (1967-1970), e depois, na iniciativa privada, constituiu a Projed, sendo seu Diretor-Geral, empresa focada em projetos educacionais na África, principalmente em Angola. Como Secretário de Estado da Educação, em 1974, implantou o Plano de Carreira do Magistério, plano mais longo entre todos os entes da Federação, até hoje, defendido ferrenhamente pelos professores como uma grande conquista. Pertenceu à LDN, Parque Belém e Associação Gaúcha do Gado Limousin.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM
Pres. da AHIMTB/RS

(lecaminha@gmail.com)

Acessem os nossos sites:

www.ahimtb.org.br

www.acadhistoria.com.br